

## RESISTÊNCIA DESCOLONIAL: ESTRATÉGIAS E TÁTICAS TERRITORIAIS.

Área Temática: Teoría, historia y metodología de la Geografía

Edir Augusto Dias Pereira  
UFPA - Campus Cametá  
edirgeo@gmail.com

Neste artigo analisamos as formas cotidianas de resistência que tem por base a construção de estratégias e táticas territoriais, estabelecendo um diálogo entre o conceito de resistência e de territorialidade e a perspectiva da colonialidade do poder. Buscamos compreender a partir de várias leituras e lutas sociais contemporâneas, como as estratégias territoriais de resistência de grupos sociais subalternizados podem ser compreendidas como estratégias e táticas, ações e práticas sócio-espaciais de resistências/r-existência descoloniais. O trabalho busca estabelecer um diálogo entre a noção de resistência abordada por autores como Foucault (1995; 2012), Arendt (2009; 2005), Matteucci (2000), a noção de resistência cotidiana de Scott (2002; 2004; 2011), e r-existência de Porto-Gonçalves (2006), a espacialidade ou geografia da resistência (PILE, 1997; OSLENDER, 2002) e a noção giro descolonial e descolonialidade (MALDONADO-TORRES, 2006; CASTRO-GÓMEZ e GROSGOGUEL, 2007; MIGNOLO, 2008; 2010). Através desse diálogo teórico buscamos pistas para compreensão da resistência e da r-existência nas relações de poder como estratégias e táticas territoriais descoloniais, na tentativa de conferir ao conceito de resistência chaves para a análise do exercício espacial do poder. Defendemos não apenas que há uma geografia da resistência, mas que a análise geográfica do exercício espacial do poder, através do território e da territorialidade dos agentes sociais, ganha conteúdos e contornos outros (descoloniais) se a realizarmos tendo como foco principal a resistência/r-existência cotidiana dos agentes sociais subalternizados.

Palavras-Chaves: Território, Estratégias, Resistência, Descolonialidade.

### I – Deslocar, Desviar, Curva e Dobrar.

A ordem do dia é resistir. No mundo atual, para muitos, não resta alternativa senão resistir. Resistir tornou-se, há muito tempo, uma prática cotidiana de agentes em posição desprivilegiada nos vários campos das relações de poder, os “condenados da terra” (FANON, 2005)<sup>1</sup> cuja única herança, a maior herança tem sido a memória das lutas históricas de resistência. O único produto dessas lutas, ou pelo menos seu resultado mais tangível, tem sido essas memórias de lutas de resistência: “mesmo as revoltas que fracassaram podem representar algum ganho”, “pelo menos, uma memória da resistência e da coragem que pode servir para o futuro” (SCOTT, 2002: 11)<sup>2</sup>. Mas, como lembram, noutra perspectiva, Hardt e Negri (2004: 118): “As lutas do passado podem fornecer exemplos importantes, mas as novas dimensões do poder requerem novas dimensões de resistência”.

---

<sup>1</sup> Importa lembrar, como Mignolo (El Pensamiento Des-colonial), que os *damnés de la terre* é uma categoria que re-coloca e regionaliza categorias forjadas em outras experiências históricas, como a categoria de subalternos e subalternidade (p. 4).

<sup>2</sup> Como se expressa na letra da música “Mestre sala dos mares”, de Aldir Blanc e João Bosco: “Glória a todas as lutas inglórias/ Que através da nossa história/ Não esquecemos jamais”.

Resistir é desviar(se) para não ter que chocar-se sempre contra um poder, uma força maior<sup>3</sup>; resistir é dobrar(-se)<sup>4</sup> mas nem por isso se deixar subjugar totalmente; resistir é curvar(-se) de tal forma que as linhas de forças não se imponham, ainda que sejam mínimas curvaturas; resistir é deslocar(-se) de tal modo que se possa fugir, criar linhas de fugas (DELEUZE e GUATTARI, 1995), ocupar outros lugares, reposicionar-se. Toda forma de resistência implica alguma forma de deslocamento, desvio, curvatura e dobra por mais sutis ou insignificantes que pareçam nas relações de poder. Nem sempre a resistência necessita fazer alarde, barulho, ganhar relevo, tornar-se explícita, criar grandes agitações e abalos sísmicos. As resistências cotidianas são silenciosas e tenazes (SCOTT, 2002; 2004; 2011).

De várias formas podemos encontrar a resistência no mundo atual. Várias formas de resistências são praticadas por grupos sociais subalternizados. Muitas das vezes estas envolvem estratégias e táticas (CERTEAU, 2014) que são territoriais. Em grande parte territorializar-se, desterritorializar-se e reterritorializar-se, ainda que com deslocamentos mínimos, ou sem deslocamentos aparentes, são práticas sócio-espaciais (SOUZA, 2013) de resistência de grupos sociais subalternizados constituídos na “ferida colonial” (MIGNOLO, 2003). A resistência constitui-se em e constitui territórios e territorialidades. A resistência se especializa (PILE, 1997; OSLENDER, 2002), se territorializa, ainda que seja uma “territorialização precária” ou uma forma de escapar da “precarização territorial” (HAESBAERT, 2004), como tem sido na maioria das vezes para maior parte da população do mundo moderno-colonial.

Deslocamentos territoriais, desvios de padrões ou formas de controle e precarização territorial; curvaturas nas forças dominantes de des-re-territorialização capitalista e estatal moderno-coloniais; dobraduras nos espaços homogeneizados e fragmentados, tornam-se quase sempre estratégias e táticas (CERTEAU, 2014) de resistência eficazes, ainda que temporárias, a partir da “micropolítica” ou ações e gestos “moleculares” de grupos sociais subalternizados. Quem resiste constrói um território de resistência. Resistir não é se fechar num território, a todo custo tentar proteger um território apropriado e/ou próprio, mas, pelo contrário, atualmente, resistir envolve acionar e acessar territórios múltiplos. A resistência joga com táticas de multiterritorialidade (HAESBAERT, 2004; 2009).

Em contextos pós-coloniais, de sociedades que foram colonizadas, não apenas em territórios de ex-colônias, mas também nos territórios das antigas metrópoles, resistir apresenta-se como descolonizar. A resistência no mundo moderno-colonial, cuja matriz de poder é a colonialidade (QUIJANO, 2010; MIGNOLO, 2010), desloca, dobra, curva e desvia-se na direção de um giro descolonial (CASTRO-GÓMEZ e GROSFUGUEL, 2007; MIGNOLO, 2010; GROSFUGUEL e MIGNOLO, 2008; MALDONATO-TORRES, 2008) político, epistêmico, histórico, geográfico. As práticas cotidianas de resistência de grupos subalternizados historicamente veem alimentando, desde a constituição do sistema-mundo moderno-colonial, imaginários descoloniais, práticas descoloniais, “atitudes descoloniais” (MALDONATO-TORRES, 2006) formando o arquivo, o leque, o repertório, a arena, agenda e agência da “opção descolonial” (MIGNOLO, 2008). A resistência subalterna aponta para construção de novos “horizontes de sentidos” descoloniais (QUIJANO, 2013).

## II – Resistir e R-Existir.

O conceito de resistência é paradoxal, ambíguo, ambivalente, como os próprios atos, gestos, movimentos, fenômenos, insígnias, imagens, figuras, práticas de resistência. Esta rubrica paradoxal na qual se inscreve a resistência tem a ver com sua posição em relação ao poder, do qual é sem dúvida inseparável. As duas citações a seguir o demonstram:

<sup>3</sup> Para Roque (2002), Foucault estava justamente interessado em compreender a resistência não como uma contra-efetuação ao poder, uma reação dentro de um campo de relações de forças, resistindo sempre contra algo.

<sup>4</sup> “Ultrapassar as linhas de força já dadas (o poder) e dobrar a força, duplicá-la, fazendo-a incidir sobre si mesma e não mais sobre outras forças. Esta dobra nos permite resistir, desertar, antepor ao poder a vida e a morte” (ROQUE, 2002: 62).

*[..] a resistência vem pois em primeiro lugar, e ela é superior a todas as forças do processo; ela obriga, sob seu efeito, a relações de poder a mudarem. Eu considero pois que o termo “resistência” é a palavra mais importante, a palavra chave dessa dinâmica. (FOUCAULT, apud SOBRAL, 2002: 28)*

*A resistência pratica uma política dupla porque, nem primeira nem segunda em relação ao poder ao qual ela resiste, mas contemporânea e duplo deste, ela o acompanha continuamente. Ao mesmo tempo em que ela resiste de dentro às “linhas duras” da história, ela faz surgir um “fora” que contamina, enxerta e desloca o “dentro”. Nem no meio, nem ao lado, a resistência dubla, dá meia volta e se reencontra ironicamente diante de seu adversário. (PROUST, 1998, apud ROQUE, 2002: 68).*

A pergunta que devemos fazer não é: quem está com a razão? Foucault, ao dizer que a resistência vem antes do poder<sup>5</sup>, ou Proust ao afirmar que a resistência não é primeira nem segunda em relação ao poder? Se nos determos em suas análises, veremos que ambos destacam a complexa e paradoxal relação poder e resistência, porque a resistência pode ser colocada dessas duas formas, se coloca dessas duas formas em relação ao poder. E Proust, mais do que parece, vai ao encontro do que Foucault pensa em relação à resistência. Então, a pergunta a ser colocada é: como a resistência pode assumir esse duplo sentido, aparentemente contraditório ou paradoxal, em relação ao poder?

Uma possível resposta a essa questão podemos encontrar na diferença entre reação e resistência, ou no que Roque (2002) assinala como uma falsa oposição entre “resistência passiva” e “resistência ativa”. Roque observa que, por exemplo, “o capitalismo extrai sua vitalidade da resistência”, e que nesse sentido se pode dizer então que “a resistência é primeira em relação ao poder” (ROQUE, 2002: 66). Mas, é verdade também que a resistência pouco a pouco, insidiosamente, em surdina, subterrânea e clandestinamente *contamina* as forças do capitalismo, ou força-as a se dobrarem e curvarem em direções não pretendidas e previstas. Por isso é simultânea e dubla o poder.

Para a autora não se trata de colocar uma “resistência afirmativa” no lugar de uma “resistência que nega”, ou uma resistência ativa em contraposição a uma resistência passiva. Estas são duas faces de um mesmo processo.

*Um mesmo processo de resistência, que em sua efetuação, se opõe, luta, contesta, deserta, bate em retirada, se movimenta em êxodo, mas não pára de se mover e de continuar parado, não por ineficiência, mas porque avança construindo uma linha, ao mesmo tempo móvel e imóvel (ROQUE, 2002: 66).*

A linha da resistência se move e permanece parada, se opõe (contra) e segue paralela as linhas de força constituídas. Scott (2002) mostra muito bem essa relação entre resistência passiva e resistência ativa em relação aos camponeses. Desse modo, a resistência não é mera reação, nem uma questão de vontade individual e coletiva<sup>6</sup>. Já que se trata justamente de pôr em xeque essa noção moderna-ocidental do sujeito que resiste; trata-se de pensar no seu lugar o processo de subjetivação, e não um sujeito já constituído, que consciente e/ou inconscientemente, racional e/ou emocionalmente, individual e/ou coletivamente resiste, assume o lugar privilegiado da resistência. Trata-se da dobra, do duplo, da duplicação da força.

Trata-se de movimentos de resistência que se instalam no devir: “O devir é a expressão da força de resistência, na mesma medida em que a luta e deserção são experiências de resistências a uma situação” (ROQUE, 2002: 67). Como diz Scott (2002:12): “a deserção têm sido uma estratégia

<sup>5</sup> Foucault (2012: 244) também explica que a resistência é “compatriota do poder” e que vista em termos de “luta política” não pode ser concebida numa relação dialética com este.

<sup>6</sup> Como lembra Scott (2002: 24) são sérios “os problemas conceituais que enfrentamos em compreender a resistência”, pois: 1. não há nenhuma exigência de que a resistência assuma a forma de ação coletiva e 2. muitos atos intencionais de resistência podem suscitar e produzir consequências inteiramente imprevisíveis.

de resistência popular”, se mostrando muito importante e eficaz em momentos de crise e mudanças sociais expressivas. Sobral (2002: 32) afirma que para Negri e Hardt três conceitos ilustram as lutas de resistência: a deserção, o êxodo e o nomadismo, sendo que a resistência nasce da deserção: “a deserção significa abandono, fuga, esta teria como primeiro movimento a recusa a uma forma de vida, no caso, ao modelo de vida gerado pelo capital”.

A resistência como “resistir a algo ou alguém” – como uma “luta contra” – é sempre uma luta situada, resistência a uma dada situação. Estas lutas de resistência situacionais, a situações determinadas, geralmente de dominação, opressão, violência, exploração, subjugação etc., se manifestam em três sentidos, segundo Foucault (1995: 235), três tipos de lutas “contra” as formas de poder: lutas contra *formas de dominação*, lutas contra *formas de exploração* e lutas contra *formas de sujeição*. E Foucault (1995: 236) aponta que na sociedade ocidental “atualmente, a luta contra as formas de sujeição – contra a submissão da subjetividade – está se tornando cada vez mais importante, a despeito das lutas contra as formas de dominação e exploração não terem desaparecido”.

Foucault (2012: 271) defende que as lutas de resistência não se fazem contra o poder, pois “por um lado, essas relações de poder se inscrevem no interior de lutas que são, por exemplo, lutas econômicas ou religiosas. Portanto, não é fundamentalmente contra o poder que as lutas nascem. Mas, por outro lado, as relações de poder abrem um espaço no seio do qual a lutas se desenvolvem”. A resistência tem esse duplo aspecto, pois as relações de poder nascem no interior de lutas sociais, ao mesmo tempo que abrem espaço para o desenvolvimento destas.

Resistência não é uma mera reação<sup>7</sup>: “Ainda que o emprego da palavra sugira o contrário – que a resistência é uma resposta ou reação –, a resistência é primordial em matéria de poder” (HARDT e NEGRI, 2004: 98, grifo dos autores). Se compreendida como uma ação que responde de forma contrária a outra ação, negando-a, esvaziamos a resistência do sentido que esta possui enquanto uma dobra e redobra, duplicação da força e expressão do devir. A resistência como reação é a resistência própria dos que dominam, do poder mesmo: “É verdade que o poder resiste, mas o poder resiste com o *re* de reação, pois o poder é sempre força reativa, não possui potência em si e, por isso, precisa extrair sua vitalidade da negação de alguma outra força” (ROQUE, 2002: 67). Essa força, evidentemente, é a resistência.

Arendt (2005) explica que sob certa perspectiva a reação é ao mesmo tempo uma resposta a uma ação e uma nova ação.

*Como a ação atua sobre seres que são capazes de realizar suas próprias ações, a reação, além de ser uma resposta, é sempre uma nova ação que segue seu curso próprio e afeta os outros. Assim, a ação e a reação entre os homens jamais se passam em um circuito fechado, e jamais podem ser restringida de modo confiável a dois parceiros (ARENDDT, 2005: 238).*

A reação é uma resposta à ação de um outro, e ao mesmo tempo é uma nova ação em relação a ação de outros (sempre no plural); ou seja, é como aqueles que agem recebem e interpretam a ação de outros, como uma reação a sua ação, ainda que esses outros que “reagem”, na sua perspectiva, realizam uma ação e não simplesmente uma reação. A resistência não é uma reação a ação de um outro simplesmente, mas uma qualidade da relação entre os seres humanos de um modo geral, pois “a ação sempre estabelece relações, e tem, portanto, a tendência inerente de romper todos os limites e transpor todas as fronteiras” (ARENDDT, 2005: 238). É essa tendência da ação que torna a resistência muito mais que uma simples reação, como resposta a ação de outro, mas uma nova ação, com curso próprio e possibilidade de afetar a ação de outros.

Se o poder é uma ação sobre a ação (FOUCAULT, 1995), a resistência pode se dá sem ação (explícita, diretamente, estratégica), por isso Roque (2002) afirmar que a resistência constrói uma linha ao mesmo tempo móvel e imóvel, que não para de se mover e de continuar parada. Porque não

---

<sup>7</sup> Matteucci (2000), considera que, do ponto de vista lexical, resistência é mais uma reação do que uma ação, é mais uma defesa do que uma ofensiva e é mais uma oposição que uma revolução.

é meramente reação, mas recorte ou re-dobra do virtual (que é bem diferente do possível)<sup>8</sup>; a resistência dobra o “fora” em um “dentro” e o “dentro” em uma “fora”, como explica Proust. Por isso que ao se referir a descolonialidade, Wash (2010: 221) enfatiza os “pensamientos, prácticas y experiencias que tanto en el pasado como en el presente, se han esforzado por desafiar la matriz colonial de poder y dominación, por existir a pesar de ella, en sus afueras y hasta en su interior”. A resistência colonial, como r-existência (GROSFUGUEL e MIGNOLO, 2008; MINGOLO, 2008), encontra-se no interior e, ao mesmo tempo, fora da matriz colonial de poder da modernidade.

Resistimos dentro do sistema capitalista, dentro do mundo moderno-colonial, mas ao resistirmos criamos ou possibilitamos que algo que não é próprio do capitalismo<sup>9</sup> e do sistema-mundo moderno-colonial possa ser criado, possa vir a existir, por r-existir (PORTO-GONÇALVES, 2006), um devir que nem mesmo possa ser atualmente tido como possível, como uma possibilidade, mas é tão somente e principalmente uma virtualidade.

Por isso a resistência não se reduz a lutar contra, a confrontações diretas ou explícitas (SCOTT, 2002), não se esgota nas lutas “contra” o capitalismo, a modernidade, a colonialidade: “Admitamos que há resistência do lado do poder (e contra ele), e há resistência do lado da potência, mas o que é ainda mais forte e surpreende é saber que a resistência está mais próxima do poder do que se imagina” (ROQUE, 2002: 67). Na verdade, a resistência é, como afirma Proust, contemporânea ao poder e o seu duplo, ou, melhor dizendo, constitutiva do poder. Assim, “[...] se é verdade que no centro de relações de poder e como condição permanente de sua existência, há uma ‘insubmissão’ e liberdade essencialmente renitentes, *não há relação de poder sem resistência*, sem escapatória ou fuga, sem invenção eventual” (FOUCAULT, 1995: 248, grifo nosso), ou pelo menos tentativas efetivas ou não de fuga e criação de formas alternativas de vida.

Arendt (2005: 250) que muito escreveu sobre o poder, mas pouco sobre resistência, entendia que a perda da capacidade de resistir era uma perda de poder, pois “o poder passa a existir entre os homens quando eles agem juntos, e desaparece no instante em que eles se dispersam”. Assim, a resistência pode gerar poder, como quando de uma revolta popular contra governantes fortes, ainda que renuncie à violência em face das forças superiores destes. Para a autora, “Dar a isso o nome de ‘resistência passiva’ é, sem dúvida, uma ironia, pois se trata de um dos mais ativos e eficazes modos de ação já concebidos, uma vez que não se lhe pode opor um combate que termine em vitória ou derrota [...]” (ARENDRT, 2005: 250). Mesmo sem confrontar diretamente o poder a resistência é um modo de ação, ainda que pareça passiva.

Nem sempre a resistência é ou precisa ser “ativa” e violenta, pelo contrário, formas “passivas” e não violentas de resistência, geralmente, são muito mais eficazes. Não devemos confundir a resistência com a reação violenta, ou uma forma de re-ação que apela sempre, faz uso ou recorre à violência. Nem mesmo como um embate, um confronto, uma luta<sup>10</sup>. Não significa que a resistência não possa se manifestar como violência ou recorrer tática e circunstancialmente à violência, principalmente quando a resistência se dá em situações de luta contra formas de violências; mas, não pode haver resistência baseada unicamente na violência, que busque alcançar objetivos por meio da violência: : “Ao longo da modernidade, e ainda hoje, os movimentos de resistência têm se defrontado com a guerra e a violência que ela impõe, às vezes através de meios violentos, às vezes sem eles” (HARDT e NEGRI, 2004: 102). A violência tende a minar as forças da resistência, corroendo seus pilares mais que quaisquer formas de domesticação ou neutralização da resistência. A violência não pode ser o instrumento da resistência, pelo contrário, a violência é a deturpação, a

<sup>8</sup> “Por virtual entendemos o conjunto de poderes para agir (ser, amar, transformar, criar) que reside [e r-existe] na multidão (NEGRI e HARDT, 2001: 379).

<sup>9</sup> A resistência é a arte da fissura, como propõem Holloway (2013). Trata-se de táticas que por dentro do capitalismo criam, provocam e expandem fissuras.

<sup>10</sup> A luta de resistência deve ser entendida como uma forma de “luta política” (FOUCAULT, 2012). Mas, a forma geral e concreta dessa luta não é a contradição, mais o antagonismo. Trata-se de “Lutas específicas que não se congregam num modelo único, sua qualidade não poderia ser medida em seu poder de articulação internacional e em sua longevidade, nem no seu alcance territorial. Lutas imediatas cujas raízes não se encontram porque estão em um solo movediço” (SOBRAL, 2002: 29).

degradação, a desintegração ou a perversão da resistência, como o é do poder (ARENDR, 2005; 2010).

Em suas formas cotidianas a resistência se distancia e se distingue tão mais da violência, recorrendo menos às táticas de enfrentamentos diretos ou desobediência explícita, e mais a pequenas fugas, desvios, deserções, ironias, recusas parciais, conformação simulada etc. (SCOTT, 2002). A resistência pode ser situada analiticamente *entre* o poder e a violência; posição bastante complexa quando se trata de considerar as formas cotidianas de resistência (SCOTT, 2011). A distinção e relação estabelecida por Arendt (2005; 2010) entre o poder e a violência é fundamental para compreendermos a resistência como esse termo intermediário, melhor dizendo, um terceiro termo constitutivo da política.

A resistência não-violenta é geralmente caracterizada por formas cotidianas de resistência como r-existência; mas também estratégias mais elaboradas e duradouras de resistência combinam ações violentas e não violentas. Na relação entre poder e resistência é que emerge a violência, seja como um meio do governo de “conservar intacta a estrutura do poder”, seja como uma forma da desobediência civil “reequilibrar as balanças da justiça” (ARENDR, 2010).

Portanto, para Arendt (2005) a resistência é uma virtude que conserva o poder ou potencialmente gera um novo poder: “[...] perdemos a faculdade de sofrer e com ela a virtude da resistência. Só quem é capaz de padecer a paixão de viver sob as condições do deserto pode reunir em si mesmo a coragem que está na base da ação, a coragem de se tornar um ser ativo” (ARENDR, 2009: 267). Ora:

*E essa coragem não está necessariamente, nem principalmente, associada à disposição para arcar com as consequências; a coragem e mesmo a audácia já estão presentes no ato de alguém que abandona seu esconderijo privado para mostrar quem é, desvelando-se e exibindo-se a si próprio. (ARENDR, 2005: 233).*

A resistência está na coragem e mesmo na audácia de agir daqueles que abandonam seu esconderijo privado e se mostram em público, dos que são capazes de sofrer a paixão de viver sob as condições de deserto (ou de ausência-de-mundo), que para Arendt significa a perda de mundo humano, ou seja, da pluralidade humana que é a condição do poder. Desse modo:

*A falta de resistência, a incapacidade de reconhecer e padecer a dúvida como uma das condições fundamentais da vida moderna, introduz a dúvida na única esfera onde ela jamais deveria entrar: a esfera religiosa, estritamente falando, a esfera da fé (ARENDR, 2009: 268)*

Se considerarmos as modalidades “veladas de resistência”, em suas “formas cotidianas” (SCOTT, 2004; 2011), resistência é mais que uma simples reação ao poder: é r-existência: “o que se tem é R-Existência posto que não se reage, simplesmente a ação alheia, mas, sim, que algo pré-existe e é a partir dessa existência que se R-Existe. Existo, logo resisto. R-Existo.” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.47). Essa R-Existência<sup>11</sup> é o que Scott (2004; 2011) tem chamado de “resistência cotidiana” que se apresenta de várias formas, não necessariamente através de lutas, confrontos diretos, rebeliões ou revoltas.

Scott (2002), ao analisar as formas cotidianas de resistência camponesa, nos possibilita compreender certas táticas não organizadas, nem sempre intencionais e coletivas que constituem as práticas de grupo sociais subalternizados no enfrentamento com grupos sociais dominantes e na tentativa de desprender-se de relações sociais de opressão, exploração e sujeição. Essas práticas de

---

<sup>11</sup> Grosfoguel e Mignolo (2008) e também Mignolo (2008) atribuem ao pensador, artista e ativista colombiano Adolfo Achinte Albán (2007) o conceito de re-existência, distinguindo-o de resistência. Neste texto vamos utilizá-lo com a grafia r-existência, seguindo a forma e o sentido estabelecidos por Porto-Gonçalves (2006). Importa frisar que já em 2002 o autor referia-se à “r-existência indígeno-camponesa”.

resistências, por serem mais constantes que os momentos de explosão de rebeliões coletivos, são muito mais importantes para as classes subordinadas.

*As pequenas rebeliões podem ter uma importância simbólica por sua violência e pelos seus objetivos revolucionários, mas, para a maioria das classes historicamente subordinadas, tais episódios raros foram mais momentâneos do que as silenciosas guerrilhas que têm lugar no cotidiano de várias populações. (SCOTT, 2002: 11).*

Essas formas cotidianas de resistência camponesa constituem “a luta prosaica, mas constante, entre os camponeses e aqueles que querem extrair deles o trabalho, o alimento, os impostos, os aluguéis e os lucros” (SCOTT, 2002: 11). Apesar de Scott (2002) assim parecer colocar essa resistência como uma “luta contra”, uma luta entre classes, ou grupos sociais em relações de poder assimétricas, muitas dessas resistências não constituem necessariamente uma luta (pois não envolve nenhuma ação, resposta, enfrentamento) entre pessoas, mas táticas de *enfrentamento de mudanças*<sup>12</sup> e tentativa de *desprendimento de relações* de subordinação mais intensas, locais, específicas. Assim, trata-se de uma forma de “resistência passiva”, já que “Em algumas ocasiões, essa resistência tem se tornado ativa e até mesmo violenta. A regra geral, porém, é a forma de resistência passiva, expressa através de sabotagens sutis, de não participação, de evasão e de engano” (SCOTT, 2002: 12).

Por isso, tais táticas camponesas de resistência constitui-se, geralmente, em: “fazer ‘corpo mole’, a dissimulação, a submissão falsa, os saques, os incêndios premeditados, a ignorância fingida, a fofoca, a sabotagem e outras armas dessa natureza” (SCOTT, 2002: 12). Esse tipo de táticas “requerem pouca ou nenhuma coordenação ou planejamento; sempre representam uma forma de auto-ajuda individual; evitam, geralmente, qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou com as normas de uma elite” (SCOTT, 2002: 12). Mas Scott (2002: 12) nos alerta para não idealizarmos essas armas dos fracos: “Elas provavelmente não poderão fazer mais do que afetar lateralmente as várias formas de exploração que os camponeses enfrentam”.

Para muitos a resistência socialmente só toma densidade quando se converte em um projeto, ou seja, quando os sujeitos da resistência visam constituir um poder legítimo ou uma nova ordem social. Mas, não é próprio de toda forma de resistências se converter ou apontar para construção de um projeto político explícito ou claramente formulado e partilhado por um grupo. Por isso, Zibechi (2007) ao analisar os novos movimentos sociais da América Latina observa que:

*La forma en que los movimientos están recorriendo sus caminos es ya de por sí un proyecto de sociedad. [...] la forma de caminar los caminos nos está indicando que hay elementos de nueva sociedad en los movimientos. [...] aunque postulo que la forma de caminar es el verdadero “programa” de los movimientos, esa forma de caminar no es un modelo aplicable a todos en todas partes (ZIBECHI, 2007: 96).*

### **III- Territórios de Resistência Subalterna.**

Pile (1997: 2) procura deslocar o significado de resistência como uma posição implacável ao poder e defende que, uma vez que “a resistência se opõe ao poder, parece importante ressaltar que os atos de resistência ocorrem através de geografias específicas”, ou seja, existem “geografias de resistência” (*geographies of resistance*). E mesmo nesse sentido bastante restrito (de resistência como

<sup>12</sup> A resistência cotidiana não é uma forma de resistência à mudanças e momentos de crise: “Alguns tipos de mudanças, quando algumas variáveis permanecem iguais, são mais explosivos que outros – são mais susceptíveis de provocar enfrentamentos abertos e coletivos. Nessa categoria, podemos colocar aquelas mudanças massivas e repentinas que destróem, decisivamente, quase todas as rotinas da vida cotidiana e, simultaneamente, ameaçam a sobrevivência da maioria da população (SCOTT, 2002: 16). No entanto: “essas formas de resistência são estratégias cotidianas permanentes das classes rurais subordinadas que vivem em difíceis condições. Em tempos de crise ou momentos de mudança política, podem ser complementadas por outras formas de luta que são mais oportunas. Entretanto, elas não desaparecerão enquanto a estrutura rural social se mantiver exploradora e desigual” (SCOTT, 2002: 24).

oposição frontal ao poder – que no caso é confundido aqui com dominação ou autoridade) “a resistência pode ser mapeada - em parte porque ela parece ter expressões visíveis (explosões, passeatas, motins, grafites, e assim por diante) e, em parte, porque sempre ocorre num lugar” (PILE, 1997: 2).

Assim, entende o autor que:

*[...] quando geografias de resistência são examinadas, então, novas questões surgem não só sobre as maneiras em que a resistência é geralmente entendida e sobre as expressões geográficas de atos identificáveis de resistência, mas também sobre as formas em que a geografia torna possíveis ou impossíveis certas formas de resistência e sobre as maneiras em que a resistência faz outros espaços - outras geografias - possíveis ou impossíveis. (PILE, 1997, p. 2, tradução livre).<sup>13</sup>*

A resistência não apenas se manifesta no espaço ou utiliza os espaços existentes. A geografia torna possível/visível determinadas formas de resistência e a resistência produz e torna possíveis outros espaços geográficos. Esta relação entre resistência e espaço e lugar também é enfatizada, ainda que de outro modo, por Oslender (2007: 10): “Las múltiples formas em que estas resistencias están articuladas también dependen del lugar em que se forman y están informados por las experiencias cotidianas de vivir en lugar específico”.

A resistência não apenas usa, utiliza, recorre a espaços existentes, mas esta produz seus próprios espaços, suas geografias, assim como a geografia produz ou possibilita diferentes formas de resistências, à medida que estas não podem prescindir de espaços para ocorrerem, permanecerem e obterem algum êxito em relação antagônica às formas de dominação que também produzem, usam e se materializam em espaços geográficos específicos.

*Isso em si mesmo desestabiliza as discussões de resistência que a veem como o resultado inevitável da dominação, já que o poder - seja concebido como opressão, autoridade ou capacidade, ou mesmo resistência - se estende através da geografia, pode em pouco tempo se tornar irregular, fragmentário e inconsistente (PILE, 1997, p. 2, tradução livre).<sup>14</sup>*

Pile (1997), assim, enfatiza que, se a resistência não é simplesmente o outro lado do poder (visto como opressão, autoridade ou capacidade), não é uma simples resposta ou reação aos atos de dominação, de certo modo condicionada por estes; as geografias de resistência nunca são simplesmente formas de resistências espaciais que espelham de modo invertido as formas espaciais de dominação, uma imagem invertida ou contrária do mapa traçado pela dominação.

*Assim, quando existem diferentes formas de controle que funcionam através de geografias distintas, geografias de resistência não são necessariamente (ou mesmo nunca) geografias espelhos de dominação, como sua imagem invertida ou contrária ou o avesso do mapa do mundo. (PILE, 1997, p.2, tradução livre).<sup>15</sup>*

<sup>13</sup> No original: “[...] when geographies of resistance are examined then new questions arise not only about the ways in which resistance is to be understood and about the geographical expressions of identifiable acts of resistance, but also about the ways in which geography makes possible or impossible certain forms of resistance and about the ways in which resistance makes other spaces – other geographies – possible or impossible”.

<sup>14</sup> No original: “This in itself unsettles discussions of resistance that see it as the inevitable outcome of domination, since power – whether conceived of as oppression or authority or capacity or even resistance – spread through geography can soon become uneven, fragmentary and inconsistent”.

<sup>15</sup> No original: “So, while there are different forms of control that work through distinct geographies, geographies of resistance do not necessarily (or even ever) mirror geographies of domination, as an upside-down or back-to-front or face-down map of the world”.

Oslender (2007), no entanto, concebe que existe muito mais uma relação dialética e espacializada entre dominação e resistência, referindo-se ao modo como esta é definida por Routledge (1997): “La resistencia no es autónoma, pero siempre es percibida y actuada en relación con prácticas de dominación, explotación y/o sujeción” (p. 12). O que Pile (1997) defende, no entanto, a partir de uma compreensão mais complexa entre resistência e espaço, é que analiticamente não podemos subordinar as práticas e formas diversas de resistência à dominação, tomando estas sempre como respostas, reações, encontros diretos à dominação.

As geografias da resistência permitem desvincular a resistência da dominação, pois como existem espacialidades próprias da dominação, também existem espacialidades próprias da resistência, que não são simplesmente respostas, reações ou oposições as espacialidades da dominação.

*Isso não quer dizer que a dominação e resistência não têm nada a ver uma com a outra, mas que existem modalidades espacializadas distintas de controle, e que a resistência pode ter suas próprias espacialidades - e que isso se torna muito mais claro, uma vez que dominação e resistência são deslocadas e compreendidas geograficamente. (PILE, 1997, p. 2, tradução livre).<sup>16</sup>*

A introdução da geografia no debate da resistência nos permite reconsiderar, deslocar e questionar esse presumível enlace entre resistência e dominação numa espécie de dança da morte, “cada uma lutando para dominar os passos da dança, a cada passo antecipando e espelhando os movimentos do outro, mas também não podendo se soltar uma da outra”, o que para nenhuma delas é uma dança, mas uma luta (PILE, 1993, p. 2, tradução livre). Muito pelo contrário:

*[...] Geografias da Resistência mostram que as pessoas estão posicionadas de forma diferente em múltiplas e desiguais relações de poder, que pessoas mais e menos poderosas atuam na constituição do desdobramento de relações de autoridade, significado e identidade, que essas atividades são contingentes, ambíguas e problemáticamente situadas, mas que a resistência pretende ocupar, implementar e criar espacialidades alternativas daquelas definidas pela opressão e exploração (PILE, 1997, p. 2-3, tradução livre).<sup>17</sup>*

Quando levamos em consideração a geografia na análise da resistência sua definição restrita como simples resposta ou reação às formas de dominação se tornar problemática, já que temos que considerar as múltiplas e desiguais posições dos agentes nas relações de poder. Desse modo, a resistência tem como característica espacial ocupar, implementar e criar espacialidade que potencialmente apresentam-se como alternativas (e não só opostas, contrapostas) às espacialidades que são criadas pelas formas de dominação existentes.

A resistência não se limita a ocupar os espaços que lhes são definidos e delimitados pela dominação, os espaços que lhes são autorizados ocupar. Um dos efeitos perversos da dominação é fazer com que se entenda como resistência apenas as ações daqueles que parecem se opor diretamente à autoridade, que se manifestam onde a dominação falha e a resistência pode ser vista claramente (PILE, 1997, p. 3, tradução livre).<sup>18</sup> Assim, “A partir desta perspectiva [das geografias da resistência],

<sup>16</sup> No original: “This is not to say that domination and resistance have nothing to do with one another, but that there are distinct spatialised modalities of control, and that resistance might have its own spatialities – and that this becomes much clearer once domination and resistance are dislocated and understood geographically”.

<sup>17</sup> No original: “[...] Geographies of Resistance shows that people are positioned differently in unequal and multiple power relationships, that more and less powerful people are active in the constitution of unfolding relationships of authority, meaning and identity, that these activities are contingent, ambiguous and awkwardly situated, but that resistance seeks to occupy, deploy and create alternative spatialities from those defined through oppression and exploitation”.

<sup>18</sup> No original: “Nevertheless, these spatial practices of oppression do not mean that resistance is forever confined to the authorised spaces of domination. Indeed, one of authority’s most insidious effects may well be to confine definitions of resistance to only those appear to oppose it directly, in the open, where it can be made and seen to fail”.

a resistência torna-se um modo através do qual os sintomas de diferentes relações de poder são diagnosticadas e são procuradas as formas para contorná-las, ou viver através delas, ou alterá-las” (PILE, 1997, p.3, tradução livre).<sup>19</sup>

Para Pile (1997) devemos entender a resistência onde ela ocorre e não através de teorias abstratas sobre mecanismos, estratégias e tecnologias de dominação.

*Assim, não é mais suficiente assumir que a resistência surge de subjetividades políticas inatas que são oprimidas e têm um interesse natural em superar a situação. Em vez disso, subjetividades políticas resistentes são constituídas através de tomadas de posição não só em relação à autoridade [...], mas também através de experiências que não são tão rapidamente rotuladas de “poder”, como o desejo e a raiva, a capacidade e a habilidade, a alegria e o medo, o sonhar e o esquecer (PILE, 1997, p. 3, tradução livre).<sup>20</sup>*

O que se questiona ou procura se problematizar com as geografias da resistência é uma concepção enganosa de que “[...] a resistência é auto-evidente, que a geografia é um pano de fundo inerte, fixo, isotrópico para as coisas da política e da história, e que a relação entre geografias de dominação e geografias de resistência é tão simples como a relação entre um martelo e um prego” (PILE, 1997, p. 4, tradução livre)<sup>21</sup>. Por isso Pile também entende que “a resistência pode envolver a resistência a qualquer tipo de mudança”, tanto pode acontecer de haver resistência “à política progressista e radical” quanto àquela que visa a “transformação social” (PILE, 1997, p. 4). Assim, também para Oslender (2007: 3), como não há uma só lógica de práticas sociais e ações coletivas, “algumas resistencias refuerzan estructuras existentes de dominación y sujeición”. Ou, como observam Hardt e Negri (2004: 116), “as formas de dominação e autoridade contra as quais lutamos permanentemente reaparecem nos próprios movimento de resistência”. Dessa maneira:

*Es importante entonces tener en cuenta el posible carácter reaccionario de algunas resistencias. Por ambiguas, diferentes y múltiples que sean, les es común a todas las resistencias y a todas las prácticas sociales, que están actuadas y mediadas en el terreno del espacio y tiempo. La implicación de tal planteamiento es que ambos conceptos son esencialmente políticos en la forma en que las prácticas sociales están inscritas y enmarcadas en ellos (OSLENDER, 2007: 3).*

Como vimos, em geral, a resistência é compreendida como uma resposta de um determinado grupo à dominação de outro, ou como uma reação de um grupo social a determinadas mudanças que se lhe opõem externamente. Mas, de fato, ao considerarmos a resistência através da geografia – do espaço geográfico – estas perspectiva reativa da resistência se desfaz.

Oslender (2007:5) busca nas formulações teóricas de Lefebvre sobre a produção do espaço elementos para o projeto de “especializar resistências”. Tal como Foucault, o interesse de Lefebvre pela história do corpo humano e pelos regimes de poder moderno que disciplinam o corpo, reflete-se em seu interesse em analisar resistências. Assim, para o autor, Lefebvre:

<sup>19</sup> No original: “From this perspective, resistance becomes a mode through which the symptoms of different power relations are diagnosed and ways are sought to get round them, or live through them, or to change them”.

<sup>20</sup> No original: “Thus, it is no longer sufficient to assume that resistance arises from innate political subjectivities which are oppressed have a natural interest in over-turning the situation. Instead, resistant political subjectivities are constituted through positions taken up not only in relation to authority – which may well leave people in awkward, ambivalent, downright contradictory and dangerous places – but also through experiences which are not so quickly labeled ‘power’, such as desire and anger, capacity and ability, happiness and fear, dreaming and forgetting”.

<sup>21</sup> No original: “[...] resistance is self-evident, that geography is an inert, fixed, isotropic back-drop to the stuff of politics and history, and that the relationship between geographies of domination and geographies of resistance is as simple as that between a hammer and a nail”.

*[...] considera al espacio como un producto del cuerpo humano, y como tal él se vuelve un lugar de resistencia en su capacidad corporal de producir espacio y devolver el poder a la vida cotidiana. El espacio entonces nos es directamente impuesto sobre el cuerpo, no es concebido en forma pasiva, sino activamente percibido por actores sociales capaces y conscientes. Es dentro de estos espacios percibidos que se puede localizar a las resistencias (OSLENDER, 2007, p. 5).*

Esta relação espaço e poder, espaço e corpo, possibilita situar a resistência como um processo da prática social da produção corporal cotidiana do espaço. As práticas de resistência seriam, então, práticas espaciais cotidianas de produção do espaço através do corpo. Considerando, assim, os três momentos articulados da produção do espaço de Lefebvre: as práticas espaciais (o espaço percebido), as representações do espaço (o espaço concebido) e o espaço das representações (o espaço vivido), Oslender (2007, p. 5) entende que as práticas espaciais, por estarem intimamente vinculadas com as experiências da vida cotidiana e as memórias de formas de vida diferentes, carregam consigo um potencial para resistir à “colonização” dos espaços concretos.

Oslender (2007: 5) ao destacar as várias formas de resistências construídas pelas fragmentações de identidade de classe, raça, etnicidade, gênero, sexualidade etc., e as formas como estas colocam desafios às representações dominantes do espaço, compreende, assim, as multiplicidades de resistências como uma política concreta de espaço. Desse modo, Oslender (2007:6), afirma que Lefebvre situa as resistências nos espaços de representação (vivido), espaços cotidianos que o filósofo francês chama de “sítios de resistência”.

*La vida cotidiana es afectada por estos procesos en que es un espacio enmarcado, restringido y colonizado en diferentes niveles por la comodificación y el territorio del estado. Ella misma es entonces un producto de la modernidad. Hasta qué punto lo cotidiano está marcado en estos procesos, depende en parte de las relaciones sociales, económicas y culturales que siempre están localizadas en la noción de ‘lugar’. (OSLENDER, 2007: 6)*

Oslender (2007) considera, portanto, importante reconhecer a grande variedade de rastros (*huellas*) e memórias das práticas espaciais que estão relativamente pouco influenciadas pela modernidade e que nutrem os múltiplos imaginários de resistências (p. 6). A modernidade e a colonização, nos sentidos usados por Lefebvre, bem como as práticas espaciais e representações espaciais dominantes no capitalismo, são assim espacialmente contestadas ou passíveis de contestação através de práticas espaciais cotidianas (espaços de representações) em que se realizam diferentes formas de resistências. Assim, as estruturas que produzem representações dominantes do espaço e que estão reproduzidas por elas, assinalam o potencial dos atores sociais de subverter estas mesmas estruturas. O “espaço diferencial” é um “espaço de resistência” como resultado do caráter dialético das relações entre estruturas e agência (OSLENDER, 2007: 7).

Oslender (2007) situa também a resistência na relação entre global e local, pois o global não se impõe sobre o local, mas encontra neste várias formas de resistências, frequentemente articuladas por movimentos sociais (p. 8). Desse modo, a resistência também envolve a relação entre o Estado e os movimentos sociais, uma relação dialética de dominação e resistência: “La resistencia no existe autónoma de las relaciones de dominación y/o sujeción, y siempre habrá resistencias, considerando el carácter esencialmente antagonico de las sociedades” (OSLENDER, 2007: 10).

Para Oslender (2007) a relação entre espaço e resistência tem a ver com: a) relação do poder com o espaço geográfico, a relação da estrutura (dominante) e a agência (potencial de resistência), ou seja, sendo o espaço essencialmente político, a resistência se faz no/atraves do espaço desigual, conflitiva e contraditoriamente produzido; b) a relação do corpo e do cotidiano com a produção do espaço, baseado na noção de Lefebvre de práticas espaciais, representação do espaço e espaço da representação. A resistência se constitui como práticas espaciais cotidianas; c) a relação do Estado com os movimentos sociais, no sentido de que dominação e resistência coexistem dialeticamente; e d) a relação do global com o local, ou seja, o global não se impõem ao local sem que haja resistência,

o lugar implica resistência a processos externos que são, geralmente, globais. Assim, as diferenças de lugar são importantes na aceitação, mediação ou na resistência frente aos processos de globalização (OSLENDER, 2007).

Desse modo, espaço e lugar são considerados por Oslender (2007:17) não como simples metáforas, mas como “terrenos específicos em que se manifestan las múltiples relaciones de poder en formas específicas de dominación y resistencia”. Para o autor, “En el espacio se brinda el potencial de desafiar y subvertir el poder dominante, y por eso forma parte esencial de una política de resistencia” (OSLENDER, 2007:17). Sendo que:

*Una sensibilidad frente a lugares particulares de resistencia implica el reconocimiento de la intencionalidad de sujetos históricos, la naturaleza subjetiva de las percepciones, imaginaciones y experiencias en contextos espaciales dinámicos, y cómo los espacios están transformados en lugares llenos de significados culturales, memoria e identidad. (ROUTLEDGE, 1996: 520, apud OSLENDER, 2007: 18).*

A ênfase de Oslender (2007:18) é na importância da vida cotidiana, através do lugar, como espaço de resistência. Oslender também utiliza o conceito de Routledge (1993) de “terreno de resistência”, para dar ênfase à importância do lugar na análise de movimentos sociais. Terreno de resistência compreende “el terreno geográfico concreto y material en que las resistencias están articuladas y actuadas como experiencias activamente vividas” (OSLENDER, 2007: 12). Explica, então, que:

*Un terreno de resistencia se refiere a estos lugares donde la lucha está activamente articulada por los oprimidos, y no una metáfora que define los oprimidos donde y cómo las luchas deberían llevarse a cabo..., un sitio de contestación dentro de creencias diferentes, valores y objetivos que está específicos de un lugar. (OSLENDER, 2007: 12).*

A resistência apresenta-se através de diferentes estratégias e táticas<sup>22</sup> territoriais, linhas de fuga e desterritorialização, em particular a resistência de grupos sociais subalternos, como a resistência cotidiana de camponeses investigadas por Scott (2002; 2004; 2011)<sup>23</sup>. Estratégias territoriais são modalidades de práticas sócio-espaciais ou apenas práticas espaciais (SOUZA, 2013) que constituem as ações estratégicas constitutivas do processo de territorialização dos diferentes grupos sociais. Existe uma multiplicidade de práticas sócio-espaciais que constituem o processo de territorialização dos agentes sociais, algumas dessas são estratégicas. Um conjunto mais ou menos coerente ou coordenado de estratégias territoriais constituem o que podemos chamar de “exercício espacial do poder” e/ou da resistência, dentro de uma sociedade ou grupo social, em determinado período de tempo e em determinado espaço. Quando as estratégias territoriais se articulam no exercício espacial do poder/resistência o fazem através de “tecnologias do poder”, com dispositivos estratégicos territoriais.

As práticas sócio-espaciais (SOUZA, 2013) que produzem as territorialidades dos diferentes grupos sociais se constituem estratégias que são reciprocamente antagônicas, mas nem por isso necessariamente contraditórias. A estratégia compreendida pela lógica do antagonismo é bem marcada pela análise do poder de Foucault (2012). A territorialidade de um grupo social não permanece a mesma, ainda que o espaço que este ocupe seja o “mesmo” (SACK, 1986). Isso não

<sup>22</sup> Certau (2014) faz uma distinção interessante entre tática e estratégia que importa na compreensão da geografia com o espaço geográfico. No entanto, compreendemos que a resistência/r-existência de grupos sociais podem se configurar em táticas como também em estratégias (SCOTT, 2002; FOUCAULT, 2012).

<sup>23</sup> “O que falta à abordagem da passividade ‘normal’ é a lenta, subterrânea e calma luta contra os aluguéis, as colheitas, o trabalho e os impostos, nas quais a submissão não passou de uma cena – de uma tática necessária” (SCOTT, 2002: 14). Como veremos, essa encenação da submissão Grosfoguel chama de “cumplicidade subversiva”

ocorre apenas por causa das alterações históricas de apropriações e uso de recursos e lugares, mas também porque as tecnologias de poder não permanecem as mesmas.

A noção de estratégia de Certeau está muito próxima do sentido que Foucault confere a este termo, mas neste a estratégia está tanto do lado da dominação como da resistência: “dominação se organiza em estratégia mais ou menos coerente e unitária” sendo que “os procedimentos dispersados, heteromorfos e locais de poder são reajustados, reforçados, transformados por essas estratégias globais e tudo isso com numerosos fenômenos de inércia, de intervalos, de resistência” (FOUCAULT, 2012, p. 249). Por isso, para Foucault (2012) “não há relações de poder sem resistências”, ou seja, a resistência constitui as relações de poder, “a resistência ao poder não tem que vir de fora para ser real, mas ela não é pega na armadilha porque ela é a compatriota do poder. Ela existe tanto mais quanto ela esteja ali onde está o poder; ela é, portanto, como ele, múltipla e integrável a estratégias globais” (p. 244). Pois, “essas estratégias são o alicerce obstinado sob o qual outras formas de resistência devem crescer e tendem a persistir após outras formas de resistir terem falhado, ou após produzir-se, por sua vez, um novo padrão de desigualdade” (SCOTT, 2002: 24).

Foucault (2012) não compreende como dialética essa relação entre poder e resistência: “Em todo caso, é preciso pensar a luta, suas formas, seus objetivos, seus meios, seus processos, segundo uma lógica que será liberada de coações esterilizantes da dialética” (p. 250). Pois, em Foucault, é em contrapartida à “forma lógica da contradição” que se apresenta o pensamento da estratégia em termos das escalas privilegiadas da ação política (FOUCAULT, 2012: 250). Foucault pensa essa relação em termos de antagonismo, através de uma lógica antagônica, sendo que é possível também a construção de estratégias de resistência, ou seja, a compreensão das ações estratégicas como prática de resistência. Por isso afirma que: “Penso que é muito importante compreender que a luta, os processos antagonistas não constituem, tal como o ponto de vista dialético pressupõe, uma contradição no sentido lógico do termo” (FOUCAULT, 2012: 260). Nesse sentido enfatiza: “E me parece que a lógica dialética é verdadeiramente muito pobre – de um uso fácil, mas verdadeiramente pobre – para quem almeja formular, em termos precisos, significações, descrições e análises dos processos de poder” (FOUCAULT, 2012: 261) e resistência.

A resistência, ao mesmo tempo que se define e é pensada antagonicamente em relação ao poder, não pode ser subsumida totalmente por esta relação:

*Mas há sempre, com certeza, alguma coisa no corpo social, nas classes, nos grupos, nos próprios indivíduos que escapa, de uma certa maneira, às relações de poder; alguma coisa que não é a matéria primeira mais ou menos dócil ou recalcitrante, mas que é o movimento centrífugo, a energia inversa, a escapada. (FOUCAULT, 2012: 244).*

Essa “alguma coisa” é a resistência. A resistência tem a mesma multiplicidade que o poder. A resistência, assim, no pensamento de Foucault, apresenta-se nas relações de poder como um diferencial de forças irruptivas capaz de provocar mudanças:

*O poder não opera em um único lugar, mas em lugares múltiplos: a família, a vida sexual, a maneira como se trata os loucos, a exclusão dos homossexuais, as relações entre os homens e as mulheres... todas essas relações são relações políticas. Só podemos mudar a sociedade sob a condição de mudar essas relações. (FOUCAULT, 2012: 262)*

Assim, as resistências não são apenas resultado ou condição de mudanças nas relações de poder; são as resistências que engendram, produzem, promovem, provocam mudanças nas relações de poder, desde os níveis/escalas da micropolítica.

#### **IV- A Geografias das Resistências/R-Existências Descoloniais**

Na atual configuração do mundo moderno-colonial as resistências estão sempre envolvidas em e são constitutivas de práticas territoriais, no sentido das “geografias das resistências” de Pile

(1997) e “espacialidades da resistência” de Oslender (2007). Essas práticas territoriais de resistência, principalmente as “formas cotidianas de resistências” (SCOTT, 2002), apresentam-se como estratégias e táticas descoloniais, ou seja, são mais que resistência, devemos compreendê-las como r-existência (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Para Mignolo (2007): “la retórica salvacionista de modernidad y modernización es inseparable de la lógica imperial de colonialidad. Frente a esta realidad histórica hay varias opciones: adaptarse y asimilarse; resistir y estar contra o *re-existir, esto es, trabajar crítica y creativamente junto a procesos globales hoy en marcha de descolonización epistémica, esto es, de descolonialidad*” (p. 1, grifos nossos). Portanto, a descolonialidade é resistir/r-existir à retórica da modernidade e à lógica da colonialidade como processos globais através basicamente de estratégias de descolonização epistêmica. Desse modo, a resistência descolonial tem se apresentado histórica e geograficamente muito mais como r-existência de que como resistência, em termos epistêmicos, políticos, econômicos, culturais e geográficos.

Grosfoguel e Mignolo (2008) reafirmam esse ideia de uma resistência descolonial como r-existência:

*De modo que cuando decimos «descolonialidad» y por ello significamos el tercer término del complejo modernidad/colonialidad/descolonialidad, estamos significando un tipo de actividad (pensamiento, giro, opción), de **enfrentamiento** a la retórica de la modernidad y la lógica de la colonialidad. Ese enfrentamiento no es sólo resistencia sino re-existencia, en el sentido del pensador, artista y activista colombiano Adolfo Albán Achinte (p. 34, grifo nosso).*

A noção de “giro descolonial”, “opção descolonial”, “pensamento descolonial”, “atitude descolonial”, ou simplesmente “descolonialidade” permite compreender de outro modo as diferentes formas de resistências em relação à modernidade/colonialidade, bem como as espacialidades constitutivas das mesmas. Para Grosfoguel e Mignolo (2008) o conceito de descolonialidade “remite a la variedad de **respuestas** que se han dado a través de los siglos y en distintos continentes, al proceso de formación y consolidación de «Occidente» (una formación epistémica que surgió al norte del Mediterráneo y se consolidó en el Atlántico) y su expansión alrededor del globo (p. 31, grifo nosso). Assim, para os autores, “[...] «pensamiento descolonial», «giro descolonial» y «opción descolonial». Cada una de estas expresiones subraya distintos aspectos de la «descolonialidad» y remiten a distintos y singulares universos de discurso” (GORSOFOGUEL e MIGNOLO, 2008, p. 33). Portanto:

*“El turno descolonial”, en el sentido de “llegó el turno al pensamiento descolonial” puede verse en la expresión “opción descolonial”. La opción descolonial significa entonces que “el turno descolonial” es una opción. Por otra parte, esta opción no se entiende sin relación con el “pensamiento descolonial” y al “giro descolonial” en relación a otras opciones en relación a las cuales «el giro» tiene sentido. (GORSOFOGUEL e MIGNOLO, 2008, p. 33)*

A ressignificação atual da noção de “descolonização” nos impele de igual modo a considerar os múltiplos significados geográficos que o conceito de resistência/r-existência adquire em relação à “matriz colonial do poder”, nesse período de “colonialidade global” em que vivemos (CASTRO-GÓMEZ e GROSOGUEL, 2007). Nos textos dos vários autores do coletivo modernidade/colonialidade/descolonialidade (MCD), o termo descolonialidade (opção, giro, pensamento, atitude descolonial) adquire alguns sentidos que nos possibilitam considerar como estratégias e táticas descoloniais são práticas sócio-espaciais ou territoriais de resistência/r-existência:

1. A descolonialidade se define em relação a colonialidade do poder, não apenas como um “fora”, mas a partir do seu interior;
2. A noção de “opção” descolonial já indica que não se trata um contra, mas justamente de uma opção entre outras;

3. A descolonialidade é muito mais que resistência, apresenta-se como r-existência ou “cumplicidade subversiva”;
4. A descolonialidade é uma resposta, um enfrentamento e pressupõem um desprendimento<sup>24</sup> em relação à retórica da modernidade e à lógica da colonialidade;
5. A descolonialidade implica a superação das múltiplas hierarquias do mundo moderno-colonial;
6. A descolonialidade envolve a construção de epistêmes fronteiriças, novas formas de vida e novos horizontes de sentidos;
7. A descolonialidade não diz respeito apenas a um descolonização epistêmica e institucional, mas a construção de novas práticas e formas de vida<sup>25</sup>;
8. A descolonialidade é um processo no qual a geopolítica e a corpo-política do conhecimento estão implicadas, portanto, geografias de resistência/r-existência;

Castro-Gómez e Grosfoguel (2007) observam que foi Maldonado-Torres (2006) quem propôs a noção de descolonialidade, utilizada em um sentido de giro descolonial, e que completaria a categoria descolonização. O conceito de descolonialidade: “[...] resulta útil para trascender la suposición de ciertos discursos académicos y políticos, según la cual, con el fin de las administraciones coloniales y la formación de los Estados-nación en la periferia, vivimos ahora en un mundo descolonizado y pós-colonial” (Castro-Gómez e Grosfoguel, 2007: 13) O processo de descolonização não está completo, ou seja, “una implicación fundamental de la noción de ‘colonialidad del poder’ es que el mundo no ha sido completamente descolonizado” (CASTRO-GÓMEZ e GROSGOGUEL, 2007, p. 17).

Disseminou-se entre nós, em particular na América Latina, a ideia de que era preciso completar o processo de modernização para os que países dessa região superassem a condição de subdesenvolvidos. De fato, o que se coloca como urgência política é completar o processo de descolonização, transcendendo a retórica da modernidade e lógica da colonialidade<sup>26</sup> (MIGNOLO, 2008a; 2008b; 2010) pois:

*[...] la división internacional del trabajo entre centros y periferias, así como la jerarquización étnico-racial de las poblaciones, formada durante varios siglos de expansión colonial europea, no se transformó significativamente con el fin del colonialismo y la formación de los Estados-nación en la periferia. (CASTRO-GÓMEZ e GROSGOGUEL, 2007: 13).*

Mignolo (2007) explica como o termo descolonização tem seu significado transformado desde o século XVIII e XIX, quando significava revolução e independência política de colônias europeias, o mesmo sentido que adquire com os processos de descolonização na África e Ásia, a partir de meados do século XX. Também, nestes espaços-tempos o “colonialismo interno” das elites crioulas substitui o colonialismo externo. No final do século XX os movimentos de descolonização foram suplantados pelo processo de globalização neoliberal que instaurou a “colonialidade global”. Também o autor observa que: “El segundo contexto en el que se empleó el término “descolonización” durante la guerra fría fue el epistémico”, por isso “descolonizar la educación, el estado, la economía

<sup>24</sup> Mignolo, que toma esse termo emprestado de Quijano, afirma que “El ‘desprendimiento’ implica imaginar formas de organización social montadas sobre teorías políticas y económicas pensadas a partir de historias, experiencias, subjetividades y necesidades de países, regiones y gentes que habitan las regiones ex-colonizadas del globo” (2008a, p. 51).

<sup>25</sup> “Pensamento descolonial significa também o fazer descolonial, já que a distinção moderna entre teoria e prática não se aplica quando você entra no campo do pensamento da fronteira e nos projetos descoloniais” (MIGNOLO, 2008b, p. 290-1).

<sup>26</sup> “[...] el desenganche (la desconexión) del fundamentalismo eurocéntrico, esto es, el pensar y actuar descolonial hacia un proyecto trans-moderno (no posmoderno ni posestructuralista pues se trata de un más allá de la modernidad/colonialidad) anti-capitalista como culminación del proyecto inconcluso e inacabado de la descolonización”. (GROSGOGUEL e MIGNOLO, 2008: 36)

presupone habitar y pensar en los bordes del horizonte totalitario del Eurocentrismo” (MIGNOLO, 2007: 1).

Além dessa concepção da resistência descolonial como r-existência, em relação à matriz colonial de poder, o giro descolonial significa antes de tudo desprendimento da lógica da colonialidade e da retórica da modernidade. Desse modo:

*[...] descolonizar significa entonces descolonizar la retórica de la modernidad que esconde la lógica de la colonialidad; descolonizar implicar trabajar en cada uno de las esferas, y en las relaciones que mantienen entre ellas en los procesos de manejo y control imperial de la colonialidad. De modo que el sentido de opción descolonial, pensamiento descolonial y descolonialidad sólo tiene sentido en confrontación con y desprendimiento de la matriz colonial de poder. (MIGNOLO, 2008a: 14, grifo do autor).*

Desse modo, descolonial tem um sentido preciso em relação a modernidade/colonialidade como matriz de poder do sistema-mundo capitalista ocidental “Descolonização, ou melhor, descolonialidade, significa ao mesmo tempo: a) desvelar a lógica da colonialidade e da reprodução da matriz colonial do poder (que, é claro, significa uma economia capitalista); e b) desconectar-se dos efeitos totalitários das subjetividades e categorias de pensamento ocidentais” (MIGNOLO, 2008: 313). A resistência descolonial, como toda forma de resistência, está implicada nesse jogo entre uma interioridade e uma exterioridade em relação à modernidade/colonialidade.

*Descolonial significa pensar a partir da exterioridade e em uma posição epistêmica subalterna vis-à-vis à hegemonia epistêmica que cria, constrói, erige um exterior a fim de assegurar sua interioridade. [...] Descolonial implica pensar a partir das línguas e das categorias de pensamento não incluídas nos fundamentos dos pensamentos ocidentais (MIGNOLO, 2008: 304).*

Esse pensar/atuar a partir de uma exterioridade que cria, constrói e erige um exterior a fim de assegurar a interioridade é característica da resistência descolonial:

*La decolonialidad parte de un posicionamiento de exterioridad por la misma relación modernidad/colonialidad, pero también por las violencias raciales, sociales, epistémicas y existenciales vividas como parte central de ella. La decolonialidad encuentra su razón en los esfuerzos de confrontar desde “lo propio” y desde lógicas-otras y pensamientos-otros a la deshumanización, el racismo y la racialización, y la negación y destrucción de los campos-otros del saber. Por eso, su meta no es la incorporación o la superación (tampoco simplemente la resistencia), sino la reconstrucción radical de seres, del poder y saber, es decir, la creación de condiciones radicalmente diferentes de existencia, conocimiento y del poder que podrían contribuir a la fabricación de sociedades distintas. (WASH, 24)*

Mignolo reforça essa ideia dizendo que:

*[...] há muitas exterioridades, quer dizer, o exterior construído a partir do interior para limpar e manter seu espaço imperial. É da exterioridade, das exterioridades pluriversais que circundam a modernidade imperial ocidental (quer dizer, grego, latino, etc.), que as opções descoloniais se reposicionaram e emergiram com força. (MIGNOLO, 200b, p. 291).*

Ao combater/confrontar e desprender-se dessas múltiplas hierarquias é preciso, então, levar adiante uma segunda descolonização, compreendida como um giro descolonial: “[...] la segunda descolonialización - a la cual nosotros aludimos con la categoría *decolonialidad* - tendrá que dirigirse a la heterarquía de las múltiples relaciones raciales, étnicas, sexuales, epistémicas, económicas y de género que la primera descolonialización dejó intactas” (CASTRO-GÓMEZ e GROSGOGUEL, 2007, p. 17). Mas, o que são essas heterarquias em relação às quais se mobiliza epistêmica e

politicamente a noção de giro descolonial? De acordo como Castro-Gómez e Grosfoguel, (2007, p. 18) “Las heterarquías son estructuras complejas en las que no existe un nivel básico que gobierna sobre los demás, sino que todos los niveles ejercen algún grado de influencia mutua en diferentes aspectos particulares y atendiendo a coyunturas históricas específicas”

Assim, a hierarquia racial/étnica assume no mundo contemporâneo um papel central na construção da modernidade/colonialidade: “La construcción de la jerarquía racial/étnica global fue simultánea y contemporánea espaciotemporalmente con la constitución de una división internacional del trabajo organizada en relaciones centro-periferia a escala mundial” (CASTRO-GÓMEZ e GROSGOGUEL, 2007, p. 19). A categoria da descolonialidade implica uma luta epistêmica em primeiro lugar, dado que a hierarquização das formas de conhecimento: “[...] en muchas áreas de la vida fue un aspecto importante de la colonialidad del poder en el sistema-mundo. Los conocimientos subalternos fueron excluidos, omitidos, silenciados e ignorados” (CASTRO-GÓMEZ e GROSGOGUEL, 2007, p. 20). Assim, compreende-se que “A opção descolonial é epistêmica, ou seja, ela se desvincula dos fundamentos genuínos dos conceitos ocidentais e da acumulação de conhecimento”. (MIGNOLO, 2008b, p. 290).

A descolonialidade remete, assim, a construção histórica, social, geográfica, cultural e política de uma “outredade epistêmica”, a partir da qual se construíram diversas formas de resistência:

*La ‘otredad epistémica’ de la que hablamos no debe ser entendida como una exterioridad absoluta que irrumpe, sino como aquella que se ubica en la intersección de lo tradicional y lo moderno. Son formas de conocimiento intersticiales, ‘híbridas’, pero no en el sentido tradicional de sincretismo o ‘mestizaje’, y tampoco en el sentido dado por Néstor García Canclini a esta categoría, sino en el sentido de ‘complicidad subversiva’ con el sistema. Nos referimos a una resistencia semiótica capaz de resignificar las formas hegemónicas de conocimiento desde el punto de vista de la racionalidad posteurocéntrica de las subjetividades subalternas [...] (CASTRO-GÓMEZ e GROSGOGUEL, 2007, p. 20).*

A “cumplicidade subversiva” com as estruturas de poder moderno-coloniais de muitos grupos sociais subalternizados implica uma forma de resistência no campo da produção da subjetividade e do conhecimento. A forma como os saberes/conhecimentos subalternos são construídos, constituem as epistemes de fronteira: “Estas ‘epistemes de frontera’ [...] constituyen una crítica implícita de la modernidad, a partir de las experiencias geopolíticas y las memorias de la colonialidad” (CASTRO-GÓMEZ e GROSGOGUEL, 2007, p. 20). “Contra” a geopolítica do conhecimento que impôs ao mundo a superioridade do conhecimento europeu, constitui-se com estas epistemes de fronteira, implicadas no giro descolonial, uma corpo-política do conhecimento. O corpo, também em relação ao conhecimento, se apresenta como um potencial de resistência: “Todo conocimiento posible se encuentra in-corporado, encarnado en sujetos atravesados por contradicciones sociales, vinculados a luchas concretas, enraizados en puntos específicos de observación [...]” (CASTRO-GÓMEZ e GROSGOGUEL, 2007, p. 21). Assim preconizam, no entanto, “un ‘giro decolonial’, no sólo de las ciencias sociales, sino también de otras instituciones modernas como el derecho, la universidad, el arte, la política y los intelectuales” (CASTRO-GÓMEZ e GROSGOGUEL, 2007: 21).

## Referências Bibliográficas

ARENDDT, Hannah. **A promessa da política**. 2ª ed. Trad. Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

\_\_\_\_\_. **A condição Humana**. 11 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago e GROSGOGUEL Ramón. *Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico*. In: CASTRO-GÓMEZ Santiago e GROSGOGUEL Ramón (eds.). **El**

- giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global.** Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores, 2007. p p. 9-23.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. *Los avatares de la crítica decolonial*. Entrevista a Santiago Castro-Gómez. In: **Tabula Rasa**, No.16: p. 213-230, Bogotá – Colombia, enero-junio 2012. Disponível em: <<http://www.revistatabularasa.org/numero-16/11entrevista-castro.pdf>>. Acesso: mar./ 2013.
- CERTAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. 21 ed. Trad. Ephaim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Ch'ixinakax utxiwa**: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. v. 1. São Paulo: Ed. 34, 1995.
- DUSSEL, Henrique. *Europa, Modernidade, Egocentrismo*. In: LANDER, E. (org.) **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- ESCOBAR, Arturo. **Territorios de diferencia**: Lugar, movimientos, vida, redes. Trad. Eduardo Restrepo. Bogotá: Enviñon Editores, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Más allá del tercer mundo**: globalización y diferencia. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia/Universidad del Cauca, 2005.
- FANON, Franz. **Os condenados da terra**. Trad. Enilce Albergaria Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.
- FOUCAULT, Michel.. **Microfísica do Poder**. 25 ed. Organização Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2012a.
- \_\_\_\_\_. **Estratégia, Poder-Saber**. 3 ed. Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012b (Col. Ditos & Escritos IV).
- \_\_\_\_\_. **Repensar a Política**. Trad. Ana Lúcia Paranhos Pessoa [organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta]. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010 (Col. Ditos & Escritos VI).
- \_\_\_\_\_. *O sujeito e o poder*. In: FREYFUS, Hubert L. e RABINOW, Paul. **Michel Foucault**. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.
- GROSGOUEL, Ramón; GALCERÁN, Montserrat; SUÁREZ-KRABBE, Julia. *Introducción a Foucault y la colonialidad*. In: **Tabula Rasa**. Bogotá - Colombia, No.16: 39-57, enero-junio 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/396/39624572003.pdf>>. Acesso: mar./2013.
- GROSGOUEL, R. e MIGNOLO, W. D. *Intervenciones Descoloniales*: una breve introducción. In: **Tabula Rasa**., No.9: 29-37, julio-diciembre, Bogotá – Colombia, 2008.
- GROSGOUEL, Ramón. *El concepto de “racismo” en Michel Foucault y Frantz Fanon: ¿teorizar desde la zona del ser o desde la zona del no-ser?* In: **Tabula Rasa**. Bogotá - Colombia, No.16: 79-102, enero-junio 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1794-24892012000100006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1794-24892012000100006&script=sci_arttext)>. Acesso: mar./2013.
- \_\_\_\_\_. *La Descolonización de la Economía Política y los Estudios Postcoloniales: Transmodernidad, Pensamiento Fronterizo y Colonialidad Global*. In: **Tabula Rasa**. Bogotá – Colombia. Nº 4. 17-48. Enero-junio de 2006.
- HARD, Michael e NEGRI, Antonio. **Multidão: Guerra e democracia na era do Império**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- HAESBAERT, Rogério. **Regional-Global**: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

- \_\_\_\_\_. *Dilemas de conceitos; espaço-território e contenção territorial*. In: SAQUET, M. A e SPOSITO, E. S. (Org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, UNESP, 2009. pp. 95-120.
- \_\_\_\_\_. *Território e multiterritorialidade – um debate*. In: *Geographia*. Ano IX, n 17. pp. 19-45. Rio de Janeiro, junho de 2007.
- \_\_\_\_\_. *Da Desterritorialização à Multiterritorialidade*. In: *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – Universidade de São Paulo – 20 a 26 de março de 2005*.
- \_\_\_\_\_. **O Mito da Desterritorialização: Do Fim dos Territórios à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Identidades Territoriais*. In: RODENDHAL, Z. CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Manifestações Culturais no Espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Des-territorialização e Identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997.
- \_\_\_\_\_. **RS: Latifúndio e Identidade Regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- HOLLOWAY, John. **Fissurar o capitalismo**. Trad. Daniel Cunha. São Paulo: Publisher, 2013.
- MATTEUCCI, Nicola. *Resistência*. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Ed. da UnB, São Paulo: Imprensa Oficial, 2000, p. 1114-1116.
- MIGNOLO, W. D. **Desobediência Epistêmica: retórica da modernidade, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010. (Colección Razón Política).
- \_\_\_\_\_. *Desobediência Epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política*. Trad. Ângela Lopes Norte. In: *Cadernos de Letras UFF – Dossiê: Literatura, Língua e Identidade*, n° 34, p. 287-324, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Espacios Geográficos y Localizaciones Epistemológicas: La Ratio Entre La Localización Geográfica Y La subalternización de Conocimientos*. In: **Revista Geographia**, Ano 7, n. 13, p. 7-28, Niterói, RJ, Setembro de 2005a.
- \_\_\_\_\_. *A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade*. In: LANDER, E. (Org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências**. Buenos Aires: CLACSO, 2005b. pp. 71-103.
- \_\_\_\_\_. **Histórias Locais /Projetos Globais: Colonialidade, Saberes Subalternos e Pensamento Liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- PILE, Steve; KEITH, Michael. **Geographies of Resistance**. London, New York: Library Congress, 1997.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônia**. São Paulo: Contexto, 2010.
- \_\_\_\_\_. *De saberes e de territórios: diversidades e emancipação a partir da experiência latino-americana*. *GEOgraphia*, Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF, Niterói/RJ, Ano VIII – N° 16, p.41-55, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Geografando nos Varadouros do Mundo: da Territorialidade Seringalista (o Seringal) à Territorialidade Seringueira (a Reserva Extrativista)**. Brasília: IBAMA, 2003
- \_\_\_\_\_. *A Territorialidade Seringueira*. In: *GEOgraphia*, Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF, Niterói/RJ, Ano 1, n° 2, p. 67-88, 1999.

- \_\_\_\_\_. O latifúndio genético e a r-existência indígena-campesina. In: *GEOgraphia*, Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF, Niterói/RJ, Ano IV, n° 8, p. 39-60, dez.2002.
- QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do Poder e classificação social*. In: MENESES, Maria Paula; SOUSA SANTOS, Boaventura de. (Orgs). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2010. p. 84-144
- \_\_\_\_\_. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: LANDER, E. (Org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Argentina: CLACSO, 2005. p. 227-278.
- RESTREPO, E.; ROJAS, A. **Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos**. Popayán, Colômbia: Editorial Universidad del Cauca, 2010.
- ROQUE, Tatiana. *Como a matemática poder servir para pensar o estatuto da resistência, mesmo, e sobretudo, quando ela não fala de resistência?* In: COCCO, Giuseppe; PACHECO, Analise e VAZ, Paulo (Orgs). **O trabalho da multidão: Império e Resistência**. Rio de Janeiro: Gryphus: Museu da República, 2002. p. 59-68.
- ROUTLEDGE, P. *Voices of the dammed: discursive resistance amidst erasure in the Narmada Valley, India*. In: **Political Geography**, n. 22, p. 243-270, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Critical geopolitics and terrains of resistance*. In: **Political Geography**, v. 15, n. 6/7, p. 509-531, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Putting politics in its place: Baliapal, India, as a terrain of resistance*. In: **Political Geography**, n. 11, p. 588-611, 1992.
- SACK, Robert. *O significado de territorialidade*. In: DIAS, Leila Christina e FERRARI, Maristela. (orgs.). **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2011. pp. 63-89
- \_\_\_\_\_. **Human Territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SCOTT, James C. **Los Dominados e el Arte de la Resistência: discursos ocultos**. 1ª reimp. Trad. Jorge Aguillar Mora. México, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Exploração normal, resistência normal*. In: Revista Brasileira de Ciência Política, n° 5. pp. 217-243, janeiro –julho, Brasília, 2011.
- SOBRAL, Simone. *O Império e a Resistência*. In: COCCO, Giuseppe; PACHECO, Analise e VAZ, Paulo (Orgs). **O trabalho da multidão: Império e Resistência**. Rio de Janeiro: Gryphus: Museu da República, 2002. p. 27-46.
- ZIBECHI, Raúl. **Autonomías y emancipaciones América Latina en movimiento**. Lima – Peru: Programa Democracia y Transformación Global, 2007. p. 67-04.
- \_\_\_\_\_. **Dispersar El Poder**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2006.
- \_\_\_\_\_. *A Emancipação como produção de vínculos*. In: CECEÑA, A. E. (Org.). **Os desafios das emancipações em um contexto militarizado**. São Paulo: Expressão popular, 2008. p. 115-140.